



GT – GT21. Território, conflitos e ativismos sociais urbanos

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO PERIFÉRICO: TERRITÓRIO-CORPO E DIREITO À CIDADE¹.

Autora: Tatiane Marina Pinto de Godoy
Filiação institucional: UFSJ
E-mail: tatianemgodoy@ufs.edu.br

Autora: Daniela Abritta Cota
Filiação institucional: UFSJ
E-mail: abritta@ufs.edu.br

RESUMO:

O trabalho apresenta fundamentos e resultados parciais do projeto de pesquisa em interface com a extensão universitária que objetiva (re)conhecer o território urbano periférico por meio da dialogicidade entre teoria e saber comunitário. A partir de uma perspectiva crítica, fundamentada na compreensão dos processos contraditórios da produção do espaço entre Estado, capital e necessidades da reprodução social, a pesquisa se orienta por duas referências: o direito à cidade, na concepção lefebvriana em seu sentido mais crítico, e na pedagogia do oprimido de Paulo Freire, buscando por meio de metodologias dialógicas decodificar a realidade urbana para construir um programa de transformações socioespaciais. Os resultados parciais apresentam a centralidade do papel mobilizador de mulheres que, orientadas por uma compreensão das necessidades cotidianas do cuidado e da reprodução, organizam ações e lutas.

Palavras-chave: Território, Direito à Cidade, Organização Comunitária

¹ Pesquisa realizada com financiamento CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021. Faixa A – Grupos emergentes.

INTRODUÇÃO

Partindo de uma provocação de Ermínia Maricato (2015), tal qual há um desconhecimento da realidade urbana e que ela denomina como analfabetismo urbano, onde não apenas os cidadãos, mas também os especialistas do urbano desconhecem os processos políticos que produzem a cidade segregada e desigual, é que um grupo de pesquisadoras (docentes, discentes e integrantes de organizações coletivas) forjaram um núcleo multidisciplinar e de ensino, pesquisa e extensão com a problemática do urbano. Em princípio como um projeto com duração estimada de dois anos de vigência por meio de aprovação em edital da Universidade (será identificada na versão posterior) que focava em ações indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, dada a agenda que se desenhou e a escolha metodológica pela educação popular e pela pesquisa-ação, o projeto se consolidou como um núcleo multidisciplinar aprovado por resolução no Conselho Universitário em março de 2021².

A realidade urbana objeto de pesquisa e ação do Observatório Urbano expressa a condição de muitos municípios brasileiros. Com uma população inferior a 100 mil habitantes, São João del Rei/MG converge uma síntese da história da formação socioespacial brasileira. Abriga todas contradições da herança colonial, escravista e patriarcal da urbanização periférica. Materializado no seu patrimônio tombado numa área delimitada do seu centro histórico, com arquitetura barroca, a história oficial oculta o trabalho empregado na sua construção. Apresenta como alegoria o refinamento artístico das suas construções nas áreas mercantilizadas pela atividade turística. No entorno do seu centro histórico, contudo, estão os territórios explorados pelo garimpo do ouro no século XVIII, que abrigaram os trabalhadores escravizados no passado e que, durante a industrialização ao longo do século XX e da reestruturação produtiva das últimas décadas abrigam o precariado.

A desigual distribuição das benesses urbanas no território, a concentração do capital econômico pelas elites locais, que configura um padrão de distribuição da população no espaço urbano segundo a classe social, a raça e o gênero, ocultam os processos políticos que produzem a contraditória realidade urbana local e brasileira.

² Essa nota será reelaborada após a aprovação do texto para a devida identificação.

A história urbana coloca protagonismo em agentes do capital no provimento dos equipamentos urbanos. Em São João del Rei esse protagonismo é compartilhado com agentes da Igreja Católica, que ainda ocupa papel relevante na organização social da cidade.

Faz-se necessário, então, revelar o que existe, mas encontra-se ocultado pela produção hegemônica do conhecimento. Seguindo a orientação de Lefebvre (1973), isto fará com que se desvele que, na elaboração do projeto de transformação, já cooperam “os grupos parciais e diferenciais, sobretudo os que o poder central rejeita para as periferias mentais, sociais, espaciais”:

Se as periferias são impotentes, se são destinadas isoladamente às revoltas locais e pontuais, não deixam por isso de ter a possibilidade de transbordar os centros, a partir do momento em que estes são abalados. Se o projeto não se pode elaborar, ou se não possui nenhuma eficácia, é porque os fatos ditos sociais escapam ao pensamento e à ação, porque consistem apenas em acasos e necessidades igualmente cegos, em fluxos e refluxos (LEFEBVRE, 1973 p. 39).

Lefebvre (1973) aponta como papel da universidade, que não se detém na descrição de uma situação, o exercício de transformação da sociedade como a pretende para ela própria. Isto não encerra o que muitos poderiam chamar de um raso pragmatismo da produção do conhecimento, mas uma relação aproximada entre universidade e sociedade, onde as práticas e os conceitos são revistos continuamente, de maneira crítica e recíproca. Em decorrência, implica-se uma teoria legítima e uma prática emancipadora.

Sob este prisma, na orientação de Freire (1987), educar é sempre um ato político e, por isso, exige um posicionamento crítico sobre a sociedade e suas formas de opressão. Sendo assim, concretiza-se em uma perspectiva libertária, na qual educar é conhecer, é ler o mundo para poder transformá-lo. Nessa abordagem teórico-metodológica, a premissa que se impõe é a de educadores e educandos como sujeitos ativos no mundo, exigindo da educação dar-se sempre como um ato dialógico. Neste sentido, tal diálogo visa a construção do conhecimento pautado em uma concepção de ciência que se articule às necessidades populares objetivando processos de transformação social.

O direito à cidade, termo cunhado por Lefebvre em 1968, adquiriu um sentido polissêmico. Presente nos documentos que orientam a política urbana no Brasil e no mundo, este direito tem seu significado em disputa. Muito além da satisfação das necessidades básicas de habitação, saneamento e infraestrutura, este é no entendimento de Harvey (2014) um direito coletivo. Reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre

o processo de urbanização. Assim, o direito à cidade tem o sentido de transformar a realidade urbana em algo diferente da forma segregada e desigual como as cidades se constituem atualmente.

Compreendendo a intrincada relação entre as ações de (re)conhecimento comunitário, os aspectos sociais de forma mais ampla, os políticos, culturais, históricos, econômicos e de gestão que incidem sobre o urbano, para que assim sejam dados passos em direção à transformação socioespacial, o Observatório Urbano tem se empenhado em fazer convergir o direito à cidade e a educação popular para desnaturalizar os processos sociais que produzem a realidade urbana contraditória.

1. BAIRRO DE PERIFERIA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: COLONIALISMO, RACISMO E PATRIARCADO NA REPRESENTAÇÃO DO SENHOR DOS MONTES

Uma forte característica dos bairros de periferia no Brasil é a organização comunitária que se caracteriza pela solidariedade, sobretudo na autoconstrução. Contudo, o que esse trabalho procura revelar é a organização comunitária não propriamente para a produção da habitação. Assim como a moradia popular, a produção do espaço urbano nas periferias brasileiras se caracteriza pela presença precária de infraestruturas providas pelo Estado - e porque não dizer por uma quase ausência do Estado em termos de políticas públicas.

A presença/ausência do Estado na produção da cidade capitalista se apresenta na contradição entre a implementação de normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo (RODRIGUES, 2007, p. 74) e da atuação com uso da força dos aparatos de repressão, sobretudo nos territórios periféricos. Ao mesmo tempo em que o Estado capitalista cria normas, a sua atuação na promoção do acesso universal aos meios e equipamentos de uso coletivo se faz de modo desigual, produzindo, em associação com o mercado, desigualdades socioespaciais materializadas em espaços fragmentados.

No Senhor dos Montes, localizado em uma encosta íngreme da cidade, temos uma área ocupada historicamente com a exploração do ouro no século XVIII baseada no trabalho escravo. Os dados censitários (IBGE, 2010) evidenciam um contingente significativo de negros e pardos. Apesar da ocupação remontar ao século XVIII, o processo de urbanização é de meados do século XX e apresenta certas carências em termos de infraestrutura e serviços que estigmatizam o bairro. A omissão do Estado é histórica, dando lugar a ação de outros agentes, como a Igreja

Católica, marcando presença junto aos moradores na luta e conquistas de melhorias básicas no território.

A realização da pesquisa no Senhor dos Montes deu-se em razão da formação socioespacial do bairro, com forte característica da história escravista e colonial da cidade de São João del Rei, município com 90.225 habitantes (IBGE, 2022) localizado no estado de Minas Gerais. Além de um conjunto de articulações observadas, sobretudo entre as mulheres, naquilo que temos compreendido, *a priori*, como redes de sociabilidade, e mesmo redes de solidariedade, que tem organizado ações que visibilizam as diferentes precariedades do território e, sobretudo, no que é nosso foco de atuação, na precariedade socioespacial.

O Senhor dos Montes é oficialmente um dos oito bairros delimitados pela Lei Municipal nº 2.521 de 31 de agosto de 1989. Contudo, ele é composto por outros três bairros: Araçá, Bela Vista e São Geraldo. Metodologicamente, a equipe implicada na pesquisa tem se dedicado a compreender os limites do bairro a partir das vivências de seus moradores, já que as divisões concebidas pelo Estado omitem as relações que constituem o espaço vivido (LEFEBVRE, 1999) e o conceito de território conforme o tratamos no item anterior deste trabalho. Esse processo de identificação dos limites do bairro pela vivência dos moradores tem reforçado a compreensão do conceito de comunidade.

Teixeira e Machado (1986), ao tratarem do conceito técnico e popular de bairro, identificam 3 elementos para sua definição: paisagem urbana, conteúdo social e função. A paisagem urbana, categoria geográfica do visível, está refletida, segundo as autoras, no tipo, estilo e idade das construções, o conteúdo social se refere ao modo e ao padrão de vida de sua população e a função social é a atividade básica que o bairro desempenha naquilo elas compreendem como “organismo” urbano, seja residencial, comercial ou administrativo. Um quarto elemento individualizador do bairro é o sítio urbano. Como elemento de individualização de um bairro, sua característica pode se expressar na sua denominação. O Senhor dos Montes, se assentou numa das vertentes da Serra do Lenheiro e a área mais central do bairro fica no topo de uma colina, onde está a Igreja do Bom Senhor Jesus do Monte, construída entre 1779 e 1787, inicialmente como capela e transformada em matriz 1930.

A escolha deste território para os fins a que esse trabalho se propõe resulta de algumas constatações oriundas da atuação da equipe e que são fruto da atuação na área: ele surge de relações dialógicas entre a equipe e a comunidade. O acompanhamento, por meio da observação participante e de outras técnicas de pesquisa-ação, permitiu compreender que a atuação das

mulheres, que hoje se mostra com evidência nos diferentes espaços organizativos no bairro, possui um lastro no papel que suas antepassadas exerceram na construção das condições que hoje o bairro apresenta. A história, contudo, tem nomeado referências masculinas como protagonistas da comunidade na produção do espaço do bairro. Um destes nomes, de acordo com Carneiro e Rodrigues (2008), é Padre Paiva, quem presidiu a Capela do bairro na segunda metade do século XX e foi o pároco da Matriz do Pilar, sede da diocese de São João del Rei e cuja jurisdição se estendia à capela Senhor Bom Jesus dos Montes. À paróquia comandada por Padre Paiva é aludida a conquista de infraestruturas urbanas inexistentes até nos anos de 1970. Calçamento das ruas do bairro, redes de água e esgoto, obtidos por empréstimo à paróquia e quitados pelos moradores são referenciados como primazia da Igreja Católica como agente urbanizador do bairro.

A história do bairro levanta a hipótese da invisibilização, sobretudo das mulheres, como agentes da produção do espaço. Um conto de Itamar Vieira Jr (2021) alimenta essa suspeita:

Somos as mulheres que deixaram de ler bons livros, deixaram de aprender letras, pois não havia tempo nem interesse para que aprendêssemos algo que nos tornasse diferentes. Seguramos a enxada, manejamos a foice, carregamos largos cestos com a abundância dos frutos que eram as dádivas de nosso trabalho, o dom da terra. Somos as mulheres que lavaram as pesadas cortinas da igreja para que a casa de Deus estivesse sempre impecável, que fizeram orações para os ricos e os pobres, sem que ninguém se desse conta de que, para que aquelas cortinas estivessem tão alvas refletindo a luz, várias mulheres precisaram dar seu tempo de vida, enrugaram suas mãos, ressecaram-nas com sabão, queimaram-nas com o ferro e o braseiro, e, mesmo assim, não éramos lembradas nos dias especiais quando as boas famílias recebiam cumprimentos do sacerdote ou as mulheres de sobrenome eram louvadas por seus gestos de benevolência, quando davam uma moeda de suas riquezas. Sempre fomos deixadas em segundo plano por Deus e pelos que falam em seu nome, como servas secundárias, sem brilho próprio, sem direito a reverências. (VIEIRA Jr, 2021, p.21-22)

O papel exercido pelas mulheres na construção do bairro tem sido ocultado na história da sua formação. Os relatos orais de moradoras atuantes junto aos grupos acompanhados pelo projeto têm dado pistas da ação efetiva dessas mulheres na vida comunitária que se perpetua no trabalho desempenhado por elas à frente de coletivos e da Associação de Moradores.

A constituição desse território, hoje situado a distância de 1 (hum) quilômetro do centro histórico da cidade de São João del Rei, está associada à exploração das jazidas de ouro encontradas no início do século XVIII. Esse período histórico é notadamente marcado pelo que se convencionou chamar de ciclo do ouro como uma das etapas do processo de colonização do

Brasil. O povoamento do bairro, portanto, é concomitante com o do núcleo urbano que daria origem à cidade. Situado no alto do morro, a formação socioespacial do bairro se assenta num sítio urbano onde seu núcleo mais central ocupa algumas das poucas áreas de relevo menos íngreme.

As disparidades territoriais, com evidentes diferenças na distribuição das infraestruturas urbanas, são retratadas por Carneiro e Rodrigues (2008, p.4) em seu relatório a partir da aplicação de *surveys* e realização de entrevistas semiestruturadas. No acompanhamento realizado desde 2022 pela equipe do projeto constata-se a permanência das diferenças descritas nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos em décadas anteriores. Assim, um território de periferia, com ocupações historicamente precárias, reproduz na sua área de abrangência um modo de produção do espaço urbano que distribui desigualmente as condições materiais de reprodução da vida urbana. O bairro periférico compreende no seu território áreas centrais e periféricas providas distintamente de infraestruturas urbanas.

Ainda que as primeiras ocupações do bairro remontem a atividade da exploração das jazidas de ouro no século XVIII, a formação da comunidade rural do que hoje constitui o bairro se inicia no século XIX. A urbanização do bairro ocorreu durante o século XX em função da transformação das atividades econômicas do município, marcadamente pela industrialização e implantação da ferrovia.

Tristão (2022) analisa o crescimento urbano de São João del Rei a partir da compreensão lefebvriana da relação entre urbanização e industrialização. A expansão urbana induzida pela industrialização resulta no desenvolvimento urbano com conflitos, mesmo que o Estado e o capital busquem mascará-los por meio da organização, do planejamento e da ordem.

A intensificação da industrialização em São João del Rei a partir de 1920 compreendeu também a intensificação da urbanização, com expansão da cidade e definição pelo Estado no seu projeto de desenvolvimento urbano dos bairros de instalação das fábricas e que também receberam grandes contingentes de operários. A periferia onde essa classe trabalhadora se instalou foi atendida por serviços urbanos não implementados em bairros como o Senhor dos Montes que, conforme Tristão (2022, p. 64) eram periferias destinadas a receber habitantes espoliados das “centralidades” da cidade.

Até a década de 1949 o Senhor dos Montes se localizava no perímetro suburbano de São João del Rei. Tal perímetro, destinado às classes populares, como aponta Tristão (2022, p. 73) nos levantamentos realizados nas plantas da cidade e nos documentos históricos, foi

excluído da zona urbana redesenhada na planta da cidade em 1957. Mas também foi excluído do perímetro suburbano. Tratava-se, portanto, de uma área residual que, apesar de estar fora da zona urbana, era abastecida por alguns serviços e infraestruturas urbanos. A contribuição por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano³, contudo, já era feita por 60 contribuintes no bairro Senhor dos Montes em 1926.

A presença do Estado se fez a partir da arrecadação dos impostos sobre as propriedades imóveis do bairro, mas sua ausência fica explicitada na exclusão desse território da área urbana. Sem qualquer designação que fizesse referência a alguma incorporação à cidade, o Senhor dos Montes ficou à margem do planejamento urbano, em específico, e da política pública, de forma geral.

A dinâmica da urbanização brasileira se reproduz em São João del Rei. As periferias urbanas se desenvolveram como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres, como afirma Holston (2013, p. 197). A industrialização que impulsionou uma urbanização segregadora produziu cidades onde as regiões afastadas dos núcleos urbanos formais se tornaram as únicas áreas onde os trabalhadores mais precarizados conseguiam garantir residência na economia urbana. No Senhor dos Montes essa segregação socioespacial se caracteriza ainda pelo marcador da raça. Um bairro cujo território teve suas primeiras ocupações ainda no século XVIII, em razão da exploração do ouro por trabalhadores escravizados. A colonização e a escravidão são marcas desse território que conferem condições materiais de reprodução da vida social presentes na sua configuração atual.

A precariedade da infraestrutura urbana é relatada nos documentos históricos e vivenciada no cotidiano dos moradores. O serviço de saneamento básico é um dos problemas históricos. Em 1969 o *Jornal Ponte da Cadeia*, pesquisado por Tristão (2022, p. 88) para reconstruir o processo histórico de produção das periferias em São João del Rei, publica as reclamações dos moradores do Senhor dos Montes referentes a insuficiente rede de abastecimento de água. Nos trabalhos de campo realizados em 2023 e 2024 pela equipe do Observatório Urbano pudemos constatar a persistência do problema que, somado à inadequação da infraestrutura de distribuição, apresenta condições impróprias para os usos que se faziam dos córregos da área. Lugares para banhos, lazer e trabalho para as lavadeiras, os corpos d'água

³ IPTU é o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, previsto no art. 156, I, da Constituição Federal Brasileira, cuja instituição e cobrança é atribuída aos Municípios.

da cidade de São João del Rei se degradaram com a industrialização e com o crescimento urbano difuso e destituíram as periferias dos seus espaços de encontro.

Os levantamentos sistemáticos realizados pela pesquisa junto à comunidade do bairro por meio de reuniões organizadas conjuntamente com a Associação de Moradores revelam que dentre os problemas de maior relevância no cotidiano estão a falta de espaços de lazer, esporte e cultura para crianças, jovens e idosos. Outros problemas de gestão pública estão relacionados ao saneamento básico como falta d'água, rede de esgoto danificada e com vazamento nas nascentes do bairro e a falta de limpeza urbana. A falta de cuidado com o espaço público está na ausência de manutenção da iluminação pública, na falta de calçadas e de acessibilidade, bem como de pavimentação. Pela característica geomorfológica do bairro, com vertentes íngremes, a ausência de obras de contenção de encostas para prevenção de acidentes por causa das erosões também é destacada pelos moradores.

Além dos problemas, a pesquisa buscou levantar junto aos moradores quais eram as potencialidades do bairro. Observações anteriores já tinham nos dado elementos para compreender que havia uma articulação comunitária importante em razão das atividades promovidas pelos próprios moradores como festividades, feiras e campanhas. Por meio da mesma dinâmica que levantou os problemas, perguntamos quais eram características que consideram importantes. Os eventos comunitários como as festas, muitas delas associadas às festividades religiosas da Igreja Católica, mas também os bingos, ruas de lazer e as feiras significam para os moradores a disposição para o trabalho coletivo. Ainda tem destaque as redes comunitárias com a casa das avós, uma característica forte da periferia onde essas mulheres assumem os cuidados das crianças em razão da falta de espaços de recreação e acolhimento quando os pais, e fundamentalmente as mães, estão ausentes por conta do trabalho. A igreja também tem destaque entre as potencialidades. Vale mais uma vez afirmar o forte vínculo comunitário com a Igreja Católica no bairro. As falas sempre enaltecem a comunidade que, mesmo com seus conflitos, tem uma organização que busca suprir as lacunas da atuação do Estado.

Destaca-se que grande parte destes problemas foram apontados pelas mulheres moradoras do bairro. Observa-se que a participação das mulheres no espaço público, no mercado de trabalho e na estrutura familiar exige do Estado a criação e manutenção de políticas de planejamento, intervenção territorial e habitação que levem em conta suas necessidades específicas. A disponibilização de serviços como creches, escolas, centros de saúde, transporte

público e outros equipamentos coletivos dá suporte às tarefas cotidianas que ainda recaem, principalmente, sobre as mulheres e são mais necessárias para as mulheres negras, pobres e moradoras de territórios periféricos.

Em virtude das dificuldades atreladas ao cotidiano das mulheres do bairro e da histórica ausência do Estado, associada ao aumento de carências e problemas advindos da urbanização, é histórica também a formação de redes de organização social, pelas mulheres, para viabilizar a reprodução da vida.

A partir da pesquisa que buscou construir um (re)conhecimento do território do bairro Senhor dos Montes a partir de narrativas e memórias das mulheres moradoras do bairro, pode-se apreender que a organização social, no bairro, sempre foi protagonizada por corpos femininos que se colocavam à frente destes movimentos.

O primeiro movimento que podemos citar é o movimento das *lavadeiras*, formado por mulheres, donas de casa, que antigamente lavavam roupa no ribeirão para ajudar na renda da família. Muitas mulheres do bairro ou foram lavadeiras, ou são filhas ou sobrinhas de lavadeiras. A elas foi atribuído o cuidado com o ribeirão, que era sua principal fonte de renda e também espaço de lazer para os filhos e filhas. Era, a partir do ribeirão, enquanto lavavam as roupas, que dialogavam, “tricotavam”, sobre as dificuldades para a reprodução da vida - por elas enfrentadas ou por outras mulheres de seu entorno. A partir disso, se construíam redes de ajuda - mulheres que ajudam outras mulheres.

Partia delas a formação de redes solidárias e as ações se espalhavam pela comunidade. Com o aumento da poluição, despejo de esgoto no ribeirão, paralelo à implementação da infraestrutura, a atuação das lavadeiras foi deslocada para o interior do espaço doméstico. Entretanto, as redes solidárias permaneceram e se diluíram em várias práticas: nas pastorais, na realização de sopas beneficentes, na organização de doações de comidas e roupas, etc, elas procuravam ajudar umas às outras e à comunidade.

Apreende-se que, mesmo sendo relevante a figura do “Padre Paiva”, figura masculina sempre citada nos relatos sobre o bairro, havia sempre uma mulher que “puxava” ou estava por trás das ações do Padre. Observa-se, assim, que o cuidado coletivo e com o bairro sempre ocorreu. Mais recentemente, essas práticas se perpetuam no bairro, mas foram adquirindo, especialmente após a retomada da Associação de Moradores, em 2023, uma conotação mais política e que busca, a partir de seus corpos-territórios se organizar não somente como

resistência e para criar alternativas às espoliações cotidianas, mas também para colocar a discussão do cuidado e da reprodução da vida como demandas a serem cobradas do Estado, conforme abordaremos adiante.

2. TERRITÓRIO E CORPO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

A incompreensão sobre a realidade urbana, apontada por Ermínia Maricato (2015) como “analfabetismo urbano” não só mostra como vivemos e (re)conhecemos as cidades (de forma parcial), mas também permite que elas continuem sendo produzidas reforçando a fragmentação e a segregação socioespaciais, invisibilizando e ignorando necessidades reais da reprodução social. Nesse sentido, a pesquisa que subsidia esse texto tem elaborado estratégias de construção conjunta e articulada de saberes sobre a realidade urbana local, por meio da aproximação dialógica entre universidade e comunidade.

Para isso, definimos o bairro do Senhor dos Montes, na cidade de São João del Rei, MG, Brasil, como foco de ações programáticas que permitissem uma aproximação com os moradores para que, a partir de uma abordagem dialógica, fosse possível estabelecer relações de confiança e parceria para a proposição de ações de (re)conhecimento daquela realidade socioespacial.

Compreendemos que a efetivação do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001) possa ocorrer a partir de alternativas que incorporem novos agenciamentos propiciadores de lutas em prol do bem-comum.

Para compreender a realidade vivida dos sujeitos e sujeitas de um território específico partimos do conceito de espaço como um produto social (LEFEBVRE, 1974) e, como tal, que abarca relações dialéticas entre processos sociais e estruturas espaciais, revelando os diferentes interesses, muitas vezes contraditórios e conflituosos, existentes na produção do espaço urbano.

O posicionamento do grupo que conduz as ações de pesquisa e extensão adota uma visão poulantziana da natureza do Estado capitalista. Segundo o autor, o Estado é uma condensação material de uma relação de forças entre “classes e frações de classe tal como se exprimem, de modo específico, no seio do próprio Estado” (POULANTZAS, 1977, p. 23). Assim, o Estado não seria apenas um reflexo direto das relações econômicas, mas uma estrutura complexa que incorpora diversas lutas e alianças de classe e permeado por contradições representadas pelos diferentes interesses dessas frações de classe. Caberia ao Estado capitalista a função de manutenção do poder das classes dominantes, ao mesmo tempo que possibilita concessões às

classes dominadas – afinal, tanto garantir a acumulação capitalista quanto a sua própria legitimação são funções básicas do Estado (O’CONNOR, 1977, p.19, citado por COTA, 2013, p.61). Tais “concessões táticas” às classes dominadas apresentam-se como ações estratégicas para garantir a hegemonia de classe e a dominação sobre as massas populares. Entretanto,

...essa atuação perante as contradições existentes, pode aprofundar “fissuras” no bloco no poder, afetando a hegemonia do bloco e, sobretudo, sua capacidade de legitimação ante os demais blocos, abrindo espaço para movimentos e lutas que podem conduzir a modificações nas relações de forças presentes (COTA, 2013, p.63).

A autonomia relativa do Estado, a partir da visão de Poulantzas (1977), é crucial para entender como o Estado pode agir de maneiras que, aparentemente, podem ir contra os interesses imediatos da classe dominante (e a favor das classes dominadas) para garantir a estabilidade, a longo prazo, do sistema capitalista. Além disso, devemos lembrar que o Estado não é monolítico, mas sim um espaço onde ocorrem negociações e conflitos contínuos.

Dito isso, é importante salientar então que, se buscamos um Estado que garanta os interesses da coletividade (representados pelas classes dominadas ou subordinadas ao interesse do capital), é central buscarmos forças que visibilizem as “fissuras” das políticas produzidas pelo Estado e que fortaleçam movimentos e lutas que possam conduzir a modificações nas relações de poder.

Ressalta-se que as “fissuras” das relações sociais também terão reflexo na forma como a comunidade, envolvida na “fissura” vê e produz o seu espaço. Segundo Haesbaert (2004), o conceito de “território” nos ajuda a compreender a relação entre a sociedade e seu espaço e, nessa perspectiva, compreender a cidade como um conjunto de múltiplos territórios, permitindo analisar as conexões espaciais e sociais e tratá-la como espaços de relações sociais e conflitos entre os diversos agentes que a compõem. Assim, a cidade, como produto social, é também contraditória, desigual e segregada e o espaço urbano é marcado pela luta, resistência e disputa entre os diferentes agentes sociais.

Os rejeitados resistem às segregações impostas por meio de formas alternativas de ocupação, enquanto os atores dominantes resistem às novas formas que colocam em risco o seu controle. Parte-se também da concepção de que o território, a territorialização e a territorialidade, se dão pelas relações sociais repletas de poderes afetivos, identitários, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, materiais e imateriais. (MARTINS, CHAGAS, 2021, p. 316)

Assim, definimos o bairro Senhor dos Montes, localizado em São João del Rei/MG, como um “território”, produto da ação dos agentes sociais. Estes dominam e se apropriam dos espaços, transformando-os em território, o que se dá a partir das relações de poder entre os agentes sociais ali presentes – Igreja, tráfico de drogas, comunidade; presença ou omissão do Estado, etc. . Neste contexto, a comunidade do bairro, ao habitar aquele espaço e tomar consciência, o transforma em um território (HAESBAERT, 2007).

Para Haesbaert (1994) o território é um híbrido entre as dimensões materiais e simbólicas, estabelecido e condicionado pelas relações de poder entre os agentes sociais. A partir dessas duas constatações, Martins e Chagas (2021, p.322) constroem a argumentação de que “os atores sociais, ao serem afetados pelas (i)materialidades, sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação, num processo contraditório”. Para eles:

Os atores sociais ressignificam os espaços concedendo-lhes identidade e características de pertencimento. Portanto, as formas de poder intrínsecas às relações sociais, para além das dimensões econômicas e políticas, também envolvem laços subjetivos, identitários, afetivos, simbólicos e culturais. (MARTINS, CHAGAS, 2021, p. 316)

Por outro lado, existem interesses dos grupos dominantes – representados pela ação do Estado ou pela sua omissão – em garantir a coesão das práticas e identidades em um território (HAESBAERT, 2009; 2012), o que muitas vezes, acaba reforçando as desigualdades socioespaciais.

Da mesma forma, se certos agentes resistem à ausência da política pública e sobrevivem a partir de agenciamentos alternativos, isso também produz territórios alternativos - como é o caso do bairro Senhor dos Montes.

Percebe-se, então, que os agentes sociais – Estado, Igreja, comunidade, tráfico de drogas, etc. no caso do Senhor dos Montes – são afetados pelos territórios, e o disputam através das relações de poder, numa resistência entre os atores. Ação que marca a contradição das relações sociais e confirma a realidade urbana segregada e precária, que perpetua nestes territórios.

Observa-se, assim, que ambos os conceitos – Estado e Território – reconhecem a importância das relações de poder e das lutas sociais na construção e controle dos espaços. O território, como concebido por Haesbaert (1994), e o Estado com base em Poulantzas (1977), são ambos vistos como arenas dinâmicas onde diversas forças sociais, políticas e econômicas se encontram e se confrontam – e que, portanto, abrem espaço para ocorrerem “fissuras”,

movimentos de luta e de resistência aos poderes hegemônicos, que, conseqüentemente, podem levar a transformações socioespaciais e à efetivação do “direito à cidade”.

Entretanto, algo além disso nos chamou atenção no caso do Senhor dos Montes: o fato de os movimentos de luta e resistência frente à realidade imposta e pelo “direito à cidade” – e que caracterizam as “fissuras” – serem protagonizados prioritariamente por mulheres. Como então “alinhar” as relações de poder e o protagonismo feminino em nossa “costura” teórica?

Segundo Lefebvre (1974), o poder não implica necessariamente relações de dominação; pode também representar relações de apropriação - como percebemos no Senhor dos Montes. Seguindo este raciocínio, Haesbaert (2014) complementa que o território será marcado por dois paradigmas: o hegemônico e o contra-hegemônico. O paradigma hegemônico está relacionado com a territorialidade do poder hegemônico nesta perspectiva funcionalista. Isto significa, direta ou indiretamente, que se trata de um território também unifuncional, universal e desincorporado. Por outro lado, o paradigma contra-hegemônico é caracterizado pela prática política dos grupos subalternos e, dessa forma, concebe as relações ontológicas dos sujeitos e seus corpos com o espaço onde habitam. Dessa forma, Haesbaert (2014) trata da mutabilidade dos conceitos, pois os sujeitos que alimentam as teorias são também mutáveis: assim, os sujeitos e sujeitas da nossa pesquisa são situados, localizados espacial e temporalmente e com marcadores específicos em seus corpos. São estes corpos femininos (de mulheres negras, pobres e periféricas) que vêm se apropriando de espaços, como da Associação de Moradores para lutarem pelo bem-comum e por mudanças que elas acreditam ser possíveis. Em estudo mais recente, Haesbaert (2021) dialoga diretamente com as práticas sociais incorporando contribuições elaboradas a partir de uma leitura descolonial (ou decolonial) ao definir concepção de “corpo-território” (influenciado por pensamentos indígenas e feministas) – conceito que trazemos para este trabalho para compreendermos as teias que se tecem naquele local específico.

Assim identificamos a necessidade de ampliar os conceitos para “tecer” a nossa “costura” teórica. Compreendemos que o protagonismo feminino na luta por transformação social e pelo “direito à cidade” – entendendo esta ação como uma ação contra-hegemônica – requer de nós: a) uma mudança de escala de análise - do espaço-território para o corpo-território; b) articular a teoria e as ferramentas do pensamento crítico à epistemologia

feminista⁴, como forma de aproximar de sujeitas e sujeitos e de suas vivências para a construção do conhecimento e entendimento da realidade que se deseja transformar.

É neste sentido que adotamos o corpo das sujeitas envolvidas na nossa pesquisa – o corpo feminino⁵ – como território, seguindo o conceito de Haesbaert (2021) de “corpo-território”. Esse conceito nasceu no seio das lutas de mulheres originárias e camponesas e depois ingressou no mundo acadêmico e também para compreender estes processos contra-hegemônicos no âmbito do urbano. Dessa forma, a partir da experiência situada dessas mulheres latino-americanas, o autor conferiu novas camadas ao conceito de território, incorporando a produção do conhecimento de forma decolonial. Na mesma direção, Quijano (2010) afirma que os corpos são o nível decisivo nas relações de poder e, em consequência, são também uma arena de luta política.

Segundo Oliva (2022), o corpo, adotado como recorte de análise para as ciências sociais, passa, entre o final do século XX e início do século XXI, a ser incorporado nas reflexões sobre o espaço (Geografia e Urbanismo). A suposição inicial é a lógica direta que relaciona a materialidade do corpo com o espaço físico ocupado por ele, tornando-os munidos de espacialidade. Nessa linha, Lefebvre (1974), afirma que “a relação com o espaço de um ‘sujeito’ que é membro de um grupo ou sociedade implica sua relação com seu próprio corpo e vice versa”. Com isso, ele infere que o corpo, além de viver no espaço, produz espaço através de seus movimentos, gestos e ações. Lefebvre (1974) ainda pontua que é através do corpo, das práticas humanas e dos simbolismos criados na experiência espacial que conseguimos compreender, de fato, as relações de poder e as práticas que resistem a elas.

Assim, segundo Oliva (2022, p.149):

⁴ Considerando a insuficiência teórica e metodológica para tratar da realidade urbana, temos buscado problematizar o pensamento crítico, de forma situada, exercendo certa “desobediência patriarcal” (MATOS, 2018, p.31) ao propor a incorporação das epistemologias feministas à nossa prática. Acreditamos que as epistemologias feministas atuam numa perspectiva contra-hegemônica e questionadora do ponto de vista teórico-metodológico, coadunando, de certa forma, com o que Paulo Freire (1987, p.17) considera como a construção da história dos “anônimos”, dos “demitidos” das representações oficiais e, portanto, de uma leitura de mundo que se pretende “libertária”.

⁵ Segundo, Donna Haraway e Joseli Silva (epistemólogas feministas), as categorias e os conceitos que regem as ciências não são de gênero neutro. Pelo contrário, essa é uma estratégia concebida para construir uma pretensa objetividade não-situada que possa se reivindicar como universal. Daí a necessidade de uma “virada de mesa” (RIBEIRO, 2010), de uma “desobediência patriarcal” (MATOS, 2018, p.31) propostas pela epistemologia feminista – numa perspectiva contra-hegemônica e questionadora do ponto de vista teórico-metodológico do cartesianismo insistente para essa reflexão.

(...) o corpo-território transborda as experiências individuais, por isso a chave da intercorporeidade se torna tão relevante. Ocupar o sentir do outro significa compartilhar experiências de modo similar ao que Gago (2019) defende quando afirma que conjugar o corpo e o território em uma única palavra “desliberaliza a noção de corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território” (GAGO, 2019, p. 107 citado por OLIVA, 2022, p.149)

Nesse sentido, é importante ressaltar que o “corpo-território” é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários que vivem em comunidade; quer dizer, a articulação corpo-território põem ao centro o comunitário como forma de vida” (CRUZ HERNÁNDEZ, 2017, p. 43) – o que não nos impede de incorporarmos tal conceito no âmbito dos movimentos urbanos pelo “direito à cidade”.

Neste contexto, o conceito de território deixa de ter uma dimensão materialista, física e econômica, para utilizá-lo numa perspectiva não-masculina, e também coletiva, relacional e interdependente. Sabemos que o corpo das mulheres sempre foi utilizado para perpetuar a dominação, o poder, seja dos homens, seja do capital (SEGATO, 2022). Essa epistemologia latino-americana e caribenha, busca, assim, resgatar o poder político das mulheres e também colocar o foco nas diversas formas de sobrevivência e estratégias de luta em defesa da vida, a partir da experiência corporal e coletiva dessas mulheres, que transborda as experiências individuais e compõem o “território como um corpo social (HERNÁNDEZ E JIMENÉZ, 2023, p.24).

Assim, assumimos que as “tecituras” ou teias comunitárias que vêm sendo construídas no âmbito do bairro Senhor dos Montes em São João del Rei, são como “constelações de relações sociais de compartilhamento” (OLIVA, 2022, p. 151), reuniões de “corpos-territórios” que operam em favor do bem comum e do “direito à cidade” ao focalizarem a reprodução da vida centrada no valor de uso e no cuidado coletivo – tema central de enfrentamento dos feminismos latino-americanos aos processos espoliativos que assolam os corpos das mulheres e seus territórios. Neste sentido, o “direito à cidade” realizar-se-ia por meio do controle direto desses corpos-territórios sobre a forma de habitar e viver a (na) cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou visibilizar a centralidade das organizações na construção de redes de solidariedade e vínculos comunitários com os territórios e na luta pelo “direito à cidade”,

sobretudo nas periferias onde a omissão do Estado no provimento de infraestruturas adequadas para a reprodução da vida social é histórica e constatada na realidade empírica estudada. Segundo Diana Helene (2019, p.969):

Podemos dizer que as mulheres participantes desses movimentos sociais engendram uma luta por direito à cidade contra uma segregação socioespacial generificada. Disputam, não apenas o direito de viver em espaços apropriados para as tarefas relacionadas à reprodução da vida, mas também lutam pelo valor de uso da moradia e dos espaços relacionados a ela. (...). [Assim] as diferenças de gênero se articulam de forma indissociável às outras formas de opressão capitalista que estruturam as desigualdades urbanas, engendrando uma luta por direito à cidade marcada por segregações de classe, raça e gênero (HELENE, 2019, p. 969).

O cotidiano feminino é preenchido por um acúmulo de responsabilidades - especialmente para as mulheres negras, pobres e residentes nas periferias da periferia do capitalismo - a elas atribuídas os cuidados da casa, dos filhos, da alimentação, da saúde da família, da comunidade, do bairro, além de atuarem no âmbito produtivo ou sustentando o sistema produtivo a partir das atividades que exercem. O que observamos na epistemologia feminista descolonial (ou decolonial), assim como no conceito de “corpo-território” utilizado neste trabalho é que existem organizações sociais protagonizadas por mulheres, em toda América Latina e também no bairro Senhor dos Montes, em São João del Rei, MG, Brasil que lutam, à parte da ação do Estado, por sobrevivência de seus corpos e de seus territórios, em um movimento de resistência cotidiana às opressões que lhes são colocadas.

No caso aqui estudado, pudemos observar que as redes que foram “tecidas” na comunidade têm seu berço no trabalho produtivo e reprodutivo das *lavadeiras* que, posteriormente, se disseminaram em outras práticas de ajuda mútua, cooperação, em prol do bem-comum e pelo “direito à cidade”. Se antes as ações começaram a partir de ações pontuais, direcionadas à ajuda de uma ou mais pessoas, ao longo dos anos as organizações de mulheres do Senhor dos Montes passaram a objetivar o bem da coletividade. Mais recentemente, com a retomada da Associação de Moradores, observa-se que esse bem-comum se refletiu no desejo de transformação do território: essas mulheres em luta passaram a perceber que, para o bem-comum de seus “corpos-territórios”, caberia a elas lutar, de forma coletiva, pelo bem-viver no território em questão - o bairro Senhor dos Montes. No dizer de Acosta (2016, p. 37):

O bem-viver (...) é um projeto (...) que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, 2016, p.37).

Acreditamos que o bem-viver se mostra incompatível aos atuais sistemas hegemônicos e políticas do Estado, que atacam a sobrevivência humana, em especial as mulheres. Por isso, se faz fundamental fortalecer as redes “tecidas” por elas com base nas diversas formas de sobrevivência e estratégias de lutas, seja no bairro Senhor dos Montes, seja em tantas outras cidades latino-americanas. Neste contexto, afirmamos que a centralidade das mulheres na organização de espaços de atuação política para reivindicação de políticas públicas relacionadas ao “direito à cidade” seja caminho necessário para a transformação socioespacial, pois ela só é possível pela coletividade, pela união de “corpos-territórios” em luta pela valorização da vida perante o Estado.

5. REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem-viver**. São Paulo: Elefante, 2016.

CARNEIRO, Eder Jurandir; RIBEIRO, Isaac Casemiro. **Conflitos ambientais e processos de construção de territórios urbanos: o caso do bairro Senhor dos Montes** (São João del-Rei – MG). Relatório de pesquisa. Programa Institucional de Iniciação Científica –PIIC. Universidade Federal de São João del Rei, 2008.

COTA, Daniela Abritta. **A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte**. RJ: Letra Capital, 2013.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. Solar, vol. 12, n.1, p. 35-46, 2017. Disponível em: <http://revistasolar.org/wp-content/uploads/2017/07/3-Una-mirada-muy-otra-a-los-territorios-Cuerpos-femeninos.-Delmy-Tania-Cruz-Hern%C3%A1ndez.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

GAIO SOBRINHO, Antônio, **História do comércio em São João del-Rei**, São João del-Rei: ed. Indep, 1997.

HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". In: Congresso Brasileiro de Geografia, 5, 1994, Curitiba: **AGB, Anais**, 1994, 206-214.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS A. D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 87-119.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEographia**. Rio de Janeiro, v.11, n.17, p. 19-44, mar/2007.

_____. Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 165-2005.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, v. 21, n. 46, set/dez 2019. p. 951-974.

HERNÁNDEZ, D. T. C.; JIMENÉZ, M. B. **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. Tradução de Joana Emmerick Seabra; Joana Salém Vasconcelos, et al. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LEFEBVRE, Henri. **La survie du capitalisme**. Paris: Anthropos, 1973

_____. **La production de l'espace**. Paris: Armand Colin, 1974.

_____. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, M. P., CHAGAS, P. B. Território, territorialização e territorialidade: proposta de avanço de chaves teóricas para a análise da(s) dinâmica(s) das cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, 17(2), 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6067>. Acesso em 3 jun.2024

MATOS, Marlise. **Pedagogias feministas decoloniais**: a extensão universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado Capitalista**. RJ: Paz e Terra, 1977.

OLIVA, Victoria Ferreira. Do corpo-espaço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 8, n. 17, pp. 165-187, jul. 2022.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. IN: POULANTZAS, N. (org.). **O Estado em crise**. RJ: Graal, 1977, p.03-41.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 73-118. Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf> . Acesso em: 4 jun. 2024.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, 4(6), 2007.

SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo**: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SOARES, M. Terezinha de Segadas. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro 11 (3-4), 1959.

TEIXEIRA, Marlene P.V.; MACHADO Rosa Maria. Conceito de bairro: unidade popular ou técnica? Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ. Mimeo, 1986

TRISTÃO, Gustavo. **A água como comum urbano em disputa: neoliberalismo na produção do espaço em São João del-Rei**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de São João del Rei, 2022.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Doramar ou a odisseia: histórias**. São Paulo: Todavia, 2021.